

# O VALOR DAS ARTES MECÂNICAS NA PEDAGOGIA MEDIEVAL DE HUGO DE SÃO VITOR

THÁLIS DO NASCIMENTO SARAIVA\*

## Resumo:

O mundo ocidental tem no século XII um período de renascimento cultural, de que são testemunhos: a fundação de um grande número de escolas, o surgimento de novos mestres e, sobretudo, o aparecimento da Universidade. Há, neste cenário, um clima propício para a reorganização e sistematização do saber. A isto se dedicará Hugo de São Vitor (1096-1141), cujo pensamento pedagógico será aqui analisado. A tradição de ensino medieval, baseada na divisão clássica entre *trivium* e *quadrivium* será por ele revista, visando inserir neste *corpus* novas disciplinas bem como as técnicas artesanais então em desenvolvimento. Pretendemos pôr em relevo a importância atribuída pelo cônego de São Vitor a estes saberes (as artes mecânicas), assim como o modo pelo qual se ordenam à sua finalidade última, de natureza contemplativa.

Palavras-Chave: Renascimento cultural; Educação Medieval; Pedagogia Vitorina.

---

\* Graduando do sétimo período do curso de Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

## INTELECTUALIZAÇÃO E RENASCIMENTOS NA IDADE MÉDIA

Que a consolidação da civilização cristã medieval<sup>1</sup> tenha passado por uma constante evolução rumo à sua intelectualização parece ponto assente entre os que conheçam minimamente este período histórico. Price (1996: 19) mostra como se deu este processo “através do qual as actividades e as práticas em todas as áreas da realização humana revestiram, durante a Idade Média, uma qualidade intelectual tanto na sua descrição como na sua prossecução”. Do cristão medieval dos primeiros tempos, cuja atenção se volta essencialmente para o tornar-se semelhante a Cristo em sua vida terrena, não sem se esquecer da vida após a morte, até a filosofia tardo-medieval de Ockham e de Nicolau de Cusa, há certamente um longo caminho em que a tendência para uma expansão dos domínios do pensamento abstrato parece bastante clara.

Além disso, todos têm notícias dos assim chamados *renascimentos culturais* ocorridos, por exemplo, no século IX, sob o rei franco Carlos Magno, assim como sob Alfredo, o Grande, rei dos saxões, ou sob Otão, o grande, que governou o Império Germânico no séc. X.

O questionamento levantado por Le Goff (1984: 13) sobre se teria, de fato, ocorrido um renascimento no período carolíngio não chega a negar esta idéia, embora lhe aplique certos limites. Em termos quantitativos, diz tratar-se de um renascimento “para uma elite restrita – numericamente muito fraca – destinado a dar à monarquia clerical carolíngia um pequeno viveiro de administradores e de políticos” (LE GOFF, 1984: 13). Outra, porém, parece ser a posição de Price (1996: 107), a recordar as declarações emanadas pelo rei dos francos entre 780 e 800, segundo as quais

deviam ser criadas escolas pelo clero para cultivarem o saber nos rapazes de todas as posições sociais. Com base no seu estatuto de rei, Carlos Magno iniciava uma era de redespertar intelectual, assente na percepção de que os monarcas, à

---

<sup>1</sup> É digno de nota que já depois de a historiografia não tão recente ter posto em evidência o carácter preconceituoso da noção de *Idade Média – Idade das Trevas* multipliquem-se, aos milhões, referências a este período como sendo de grande *obscuridade*, de *atraso científico*, de *ignorância generalizada*, etc. Contra todos estes preconceitos, o historiador Jacques Heers, em *Idade Média – uma impostura* (Porto: Edições Asa, 1994) insurgiu-se, tendo por fim último não tanto refutar pontualmente os mitos que encobrem o período, mas investigar a origem de tais concepções. Também Règine Pernoud, em *Idade Média – o que não nos ensinaram* (Rio de Janeiro: AGIR, 1994), e em *Luz sobre a Idade Média* (Lisboa: Europa-América, s/d) se opôs – se bem que de um modo diverso – a tal visão preconceituosa. Em artigo intitulado *Para entender a Idade Média* (Disponível em: <http://www.quadrante.com.br/Pages/servicos02.asp?id=105&categoria=Historia> Acesso em 10 de outubro de 2007, às 22h13'40) o pensador inglês G. K. Chesterton, em tom de ironia, diz ser inteiramente razoável que os homens não conheçam a história medieval, mas pergunta o que é que lhes faz pensar que a conhecem! Quanto a nós, pretendemos, através do presente texto, ainda que indiretamente, fornecer um contributo a extinção deste preconceito. Isto, contudo não nos impede de continuar fazendo uso de termos como *medieval*, *Idade Média*, etc., de forma meramente descritiva.

semelhança de Josias do Antigo Testamento, devem preservar e reforçar a sociedade cristã

Mas, passado este período em que tais renascimentos não se deram senão em meio a grandes dificuldades materiais, ao lado do grande apelo à expansão das fronteiras da cristandade, pensamos ser o século XII algo como que a convergência destas e de outras renovações. Aqui, parece não haver opiniões tão opostas sobre se temos ou não um legítimo renascimento.

## OS SÉCULOS XI E XII

Não foram poucas as transformações ocorridas durante estes dois séculos, seja na vida material, espiritual ou intelectual. Quanto à primeira, evoquemos a conquista do solo por meio dos arroteamentos de terras empreendidos em França e Alemanha, a fim de comportar o surto de crescimento populacional observado. Também a evolução das técnicas se faz notar, por exemplo, com o emprego do cavalo em lugar do boi, da charrua, ao invés do arado, da rotação trienal, superando a rotação bienal e outros sistemas mais primitivos, possibilitando maior produtividade. Em nível urbano houve também um grande desenvolvimento, exemplificado pelo comércio realizado entre cidades italianas (Veneza principalmente) e o oriente (Síria, Egito, Constantinopla), além dos navios de Pisa e Gênova a atacar piratas muçulmanos na África do Norte e a apoiar os exércitos de Aragão no litoral espanhol. Neste contexto, retornaram práticas monetárias desde há muito abandonadas: foram cunhadas novas moedas, mais fortes e pesadas, para atender às necessidades dos mercadores.

No plano espiritual, destaca-se um novo chamado à *vita apostólica*, i.e., o retorno ao exemplo de Cristo e dos apóstolos e a certos ensinamentos do Novo Testamento, verificado tanto entre o laicato quanto entre os religiosos. Há um forte apelo ao viver *no mundo*, ainda que não pertencendo a ele.

## O PENSAMENTO MEDIEVAL EM NOVAS FRONTEIRAS

Poderíamos citar muitos outros fatores que ilustram a idéia de que estes tempos são de mudanças notáveis. Retenhamos, sobretudo, que foi no bojo do revigoramento urbano acima mencionado que apareceu, efetivamente, aquele tipo que mereceu ser chamado por Le Goff (1984: 11) de “intelectual da Idade Média”. Para o autor, não é suficiente classificar este tipo como sábio, letrado, clérigo, ou pensador. O termo “intelectual” evoca o mestre de escolas,

que tem por ofício o pensamento e o magistério, numa aliança tão bem delimitada quanto ausente antes do renascimento do século XII, ainda que já prefigurada nos séculos de antanho por um Alcuíno, durante o período carolíngio. Ainda de acordo com (LE GOFF, 1984: 12)

um homem cuja profissão seja escrever ou ensinar – e de preferência ambas as coisas ao mesmo tempo –, um homem que profissionalmente tenha uma actividade de professor e de sábio, em suma, um intelectual, esse homem só aparece com as cidades. Só é possível encontrá-lo no século XII

O retorno da polémica marcou a vida intelectual do período, assim como a rivalidade entre mestres, proporcionando o surgimento de novas escolas. De fato, a abadia de São Vitor foi fundada por Guilherme de Champeaux, após disputar com seu antigo e polémico discípulo Pedro Abelardo, o grande dialético que despertaria a ira do retórico São Bernardo de Claraval, cioso de proteger a ortodoxia católica das extravagâncias de “um homem que de velho filósofo se fez novo teólogo” (CLARAVAL apud MEIRINHOS, 1997).

Daí por diante, desenharam-se novas fronteiras para a evolução do pensamento cristão e da educação medieval. Os mosteiros, tendo desempenhado papel fundamental na educação e na preservação da cultura ocidental durante a Alta Idade Média, passaram a se contentar com escolas internas, destinadas à formação dos candidatos à vida monástica. Avesa a novidades filosóficas e teológicas, esta formação continuou centrada na leitura dos Santos Padres e das Escrituras. Outro, porém, era o clima das cidades: aqui, não podemos deixar de mencionar o aparecimento de novas traduções das obras de Aristóteles, bem como de seus comentadores muçulmanos. Sob a influência do *Filósofo*, a argumentação religiosa passou a ser regida pelo método da silogística, tornando possível o surgimento do escolasticismo, cujos pais foram Santo Anselmo de Cantuária e Pedro Abelardo. Um e outro atuaram nas chamadas *escolas episcopais*, influenciando o ensino das artes liberais e da teologia. De caráter urbano, pode-se dizer que centros escolares como Notre-Dame ou Chartres prepararam aquele que seria o grande invento da civilização medieval: a universidade. Esta, fincando sólidas raízes no século XII, viria à luz sobretudo na centúria seguinte, caminhando lado a lado com a Escolástica.

Contudo, para nos cingirmos à reorganização do currículo medieval, não devemos ir tão longe, bastando lembrarmos o legado pedagógico de mestres como João de Salisbury, Pedro Abelardo, ou Hugo de São Vitor, todos vivendo no século XII. Neste período, surgiu um grande número de enciclopédias votadas à descrição do conhecimento. O *Didascálicon – da arte de ler*, nascido em 1127 da pena do já mencionado Hugo, será para nós, doravante, o meio de conhecermos o currículo medieval, dada sua natureza de resumo dos saberes da

época. Ficará evidente – em conexão com a relevância que temos dado às sucessivas renovações ocorridas no medievo – o caráter, sob certos aspectos, inédito, que marcou o pensamento pedagógico do cônego vitorino.

## AS ARTES LIBERAIS ATÉ O SÉCULO XII

Hugo nasceu na Saxônia, por volta de 1095, tendo chegado a Paris cerca de 1115. Foi mestre da Escola da Abadia de São Vitor, localizada na margem esquerda do Sena, de onde, entre 1125 e 1185 saíram grandes sábios. Destacou-se como “cartógrafo do saber, leitor da Escritura e hermenêutico, filósofo, teólogo da história, contemplativo e místico, pedagogo, gramático e geômetra” (MARCHIONNI, 2001).

À época de Hugo – e desde muito antes de seu nascimento – o currículo das escolas monásticas e episcopais era composto pelo *trivium* e pelo *quadrivium*. Tal divisão do saber contemplava as sete *artes liberais* – herança da Antiguidade que os medievais adaptaram às suas necessidades –, de caráter propedêutico: inicialmente, preparava o aluno para o estudo superior da Sagrada Escritura, mais tarde, com o surgimento das universidades, antecedia os estudos nas faculdades de Medicina, Direito e Teologia. O *trivium*, artes da linguagem, era composto de gramática, dialética e retórica, já o *quadrivium*, artes das coisas, compreendia aritmética, música, geometria e astronomia. Sobre serem *liberais*, podemos dizer que eram próprias da formação de um homem livre, ao qual era dado se desligar das preocupações mundanas, utilitárias, e dirigir o espírito para investigações mais elevadas, aproximando-se assim da verdade. Porém, conforme Nunes (s/d) “os mestres cristãos retiraram às artes liberais a sua conotação social – artes só para homens livres – e com Cassiodoro passaram a explicar que elas são liberais, porque se expõem e se aprendem em livros (*liber* = livro)”. Quanto a serem sete, o mesmo autor esclarece que este número “era profundamente simbólico, uma vez que são sete as petições do Padre-Nosso, sete os Dons do Espírito Santo, sete os sacramentos e existem sete virtudes, sete pilares da sabedoria e sete céus”. Havia também as sete artes mecânicas (tecelagem, forjaria, guerra, navegação, agricultura, caça e medicina), que se contrapunham às liberais justamente por estarem relacionadas à utilidade, à sobrevivência material dos homens.

O quadro das artes liberais somente ganhou fixidez a partir do século XII. Até então, sofreu algumas reformulações, sendo a mais significativa a de Marciano Capela (séc. V) em sua obra *Núpcias de Filologia com Mercúrio*. Mais tarde, outras contribuições foram dadas,

nos séculos V e VI, por Santo Isidoro de Sevilha, Cassiodoro, Boécio, e no século IX, por Alcuíno, Rábano Mauro, etc.

O renascimento do século XII foi bastante profícuo para a Filosofia, especialmente em virtude do aparecimento de novas traduções de obras aristotélicas e da introdução da ciência muçulmana, como já foi colocado. Isso ensejou um novo enciclopedismo, um novo vigor para a classificação e sistematização do conhecimento, bem ao sabor do aristotelismo. Daí a emergência de um grande número de trabalhos filosófico-pedagógicos, como o *Metalógicon*, do já mencionado João de Salisbury, e do *Didascálicon* de Hugo de São Vitor.

## A REORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO EM HUGO

*Didascálicon* não é somente um compêndio dos saberes medievais. É também uma reflexão acerca destes mesmos saberes, através da qual o autor pretende sistematizá-los dentro da Filosofia, donde a necessidade de responder primeiramente à pergunta: o que é Filosofia?

Hugo fornece quatro definições: a primeira, apresentada já Livro I, é de caráter etimológico: fala do amor, ou amizade (*filo*), à Sapiência (*sofia*), a qual nada mais é que a própria Mente de Deus. Não se trata aqui, de qualquer sapiência prática, utilitária, e sim daquela que é a razão primordial de todas as coisas. A segunda definição, explica-a como sendo a disciplina que investiga as razões das coisas humanas e divinas. Na terceira, temos que é “arte das artes e a disciplina das disciplinas” (HUGO DE SÃO VITOR, 2001: 83). Por fim, a quarta a define como meditação sobre a morte.

Já por estas colocações – sobretudo pelas duas primeiras definições –, vemos que *todas* as coisas podem ser objeto da Filosofia, desde que o estudioso busque, nesta investigação, sua causa primordial. Deste modo, a agricultura é, ora objeto do filósofo, ora do camponês: investigá-la em suas causas, compete ao primeiro, pô-la em prática, ao segundo. Mesmo o artífice, que executa uma obra, o faz também filosoficamente, uma vez que “olha” para as essências divinas, para só então compô-la. E aqui reside, a nosso ver, a raiz de toda inovação pedagógica levada a cabo pelo cônego da Escola de São Vitor. Escreve ele: “você já pode ver por qual motivo somos obrigados a alargar a filosofia para todos os atos dos homens, de modo que já é necessário haver tantas partes da filosofia, quantas são as diversidades das coisas, às quais, como ficou claro, ela se refere” (HUGO DE SÃO VITOR, 2001: 59-60).

Tal “diversidade de coisas” é enquadrada, no *Didascálicon*, em três categorias que se relacionam com o saber: a teórica, a prática e a mecânica, correspondendo há três tipos de coisas: as eternas, que não possuem a existência em virtude de algo exterior, mas por si

próprias, como é o próprio Deus; as perpétuas, que uma vez criadas não estão mais sujeitas a qualquer mudança, e são as essências; e as temporais, que sendo obras da natureza (ou do mundo supralunar, onde residem as essências imortais) estão sujeitas a transformação.

É importante sublinhar ainda os tipos de ações humanas identificadas por Hugo: umas se destinam a reparar em nós a semelhança divina (são a especulação da verdade e o exercício da virtude), outras são necessárias ao provimento das necessidades temporais do homem. Quando nos dedicamos às primeiras, executamos uma ação divina, já no segundo caso, temos uma ação humana. Por se ocupar das coisas superiores, a ação divina é chamada de *inteligência*, ao passo que à ação humana, dá-se o nome de *ciência*.

Ora, o amor e a busca pela Sapiência, que definem a própria filosofia, como ficou demonstrado, não podem prescindir de nenhum destes dois tipos de ações próprias do homem racional, donde temos segundo Hugo de São Vitor (2001: 69) que

a Sapiência abrange duas partes, isto é, 1) a inteligência, e 2) a ciência.

A inteligência, por sua vez, dado que trabalha: a) na investigação da verdade e b) na reflexão sobre os costumes, é dividida em duas partes: 1) uma teórica, ou seja, especulativa, 2) a outra prática, ou seja, ativa, e esta se chama também ética, ou seja moral.

A ciência, por outro lado, dado que realiza as ações humanas, apropriadamente é chamada mecânica, ou seja, adulterina<sup>2</sup>

Vemos, assim, a origem da teórica, da prática e da mecânica. Para completar o quadro destas disciplinas que, em Hugo, têm lugar na filosofia, restaria tratar da lógica. No *Didascálicon* esta é descrita como que à parte e isto se dá por não ser ela uma ciência das coisas, e sim do discurso. A lógica é uma ferramenta que objetiva garantir a retidão do raciocínio, sem a qual é impossível chegar à verdade das coisas. Embora conste como a quarta parte da filosofia, ela é a primeira a ser utilizada na investigação.

Conforme seu objeto, cada uma destas partes comporta subdivisões. A teórica se fragmenta em: teologia, matemática (aritmética, música, geometria, astronomia) e física; a prática em: individual (moral), privada (econômica) e pública (política); a mecânica em: fabricação de lã, armamento, navegação, agricultura, caça, medicina e teatro; e a lógica em: gramática e raciocínio (demonstração, prova (dialética e retórica), e sofística).

As sete artes liberais estão, portanto, inseridas no esquema filosófico de Hugo, de modo que o *trivium* figura dentro da lógica, enquanto ao *quadrivium* corresponde o conjunto de subdivisões da matemática.

---

<sup>2</sup> Conforme esclarece Marchionni (2001: 69) em nota de rodapé, o termo *adulterina* significa tão somente que estas ciências são imitativas, pois, como já foi dito, Hugo considera que o artífice imita as essências imutáveis que estão na mente divina. Mais adiante, este ponto será elucidado.

Mas, particularmente interessante, é notar que, pela primeira vez na história das idéias, as artes mecânicas – também elas em número de sete, embora com algumas diferenças se comparadas às que descrevemos acima – figuram como parte do saber. Le goff (1984: 60) relaciona esta novidade com o que chama de humanismo do século XII, de que Chartres é exemplo. Não se trata de humanismo enquanto apelo à cultura antiga, tão somente, e sim de situar o homem no centro das investigações científicas, filosóficas e até teológicas. O homem, dotado de fé e *razão*, pode estudar e entender a natureza *racionalmente* ordenada pelo Criador, estando perfeitamente integrado nesta mesma ordem. Isto equivale a ressuscitar a velha imagem homem-microcosmos, segundo a qual há uma analogia entre o homem e o mundo (macrocosmos). E se a razão pode compreender a natureza, é justo pensar que possa também transformá-la pela atividade. O intelectual urbano e o artífice fazem parte deste mundo em transformação que é o século XII, de modo que um e outro atuam nesta mudança. Nada mais natural que o trabalho manual seja reabilitado e entendido como parte essencial da atividade humana, como objeto de reflexão filosófica, figurando, deste modo, no programa de estudos do *Didascálicon*.

Segundo Price (1996: 249-259), este rompimento da divisão entre artes manuais e cerebrais realizado por Hugo, e a conseqüente valorização das artes técnicas, resulta, provavelmente, do lugar privilegiado que as especializações técnicas vinham tomando naquela dinâmica sociedade do século XII. Os artesãos passaram a considerar suas realizações não só do ponto de vista da produção material, mas também enquanto imaginação, libertando-se assim daquele saber comunicado e, em certo sentido monopolizado, pelos mestres. Logo, não foram somente os classificadores do conhecimento, como o mestre de São Vitor, que contribuíram para esta expansão do domínio do pensamento abstrato: os próprios artífices fizeram-no, quer através da experimentação e utilização de métodos empíricos muito específicos, de que faziam uso buscando o aprimoramento técnico; quer através do posterior registro escrito destes processos, adotado com o fito de garantir a reprodução dos mesmos. Trata-se de um momento em que pensar e fazer coexistem. Hugo, a nosso ver, atende, com essa nova classificação do saber e consideração das artes mecânicas, a uma como que reivindicação de seu tempo.

Hugo de São Vitor (2001: 71) justifica esta aliança entre o imaginar e o agir dando exemplos de como aqueles que se ocupam das artes mecânicas imitam a natureza:

o artífice que fundiu a estátua, observou o homem. Aquele que fez a casa olhou a montanha, pois, como diz o profeta: ‘Tu fazes jorrar as fontes nos vales e as águas escorrerão entre os montes’. As cristas das montanhas não seguram as águas. E



assim, a casa teve que ser levantada até o alto da cumeeira, para que pudesse suportar com segurança os riscos das violentas tempestades

O termo natureza, no *Didascálicon*, possui mais de uma acepção. Tomemo-lo aqui como “aquele modelo arquetípico de todas as coisas que reside na mente divina, por cuja essência todas as coisas foram formadas” (HUGO DE SÃO VITOR, 2001: 73), a fim de compreendermos como o trabalho manual também possui sua dimensão contemplativa. Marchionni (2001: 31) utiliza o moderno conceito de *reflexividade* para explicar a existência de tal dimensão. Para este autor, as filosofias do trabalho contemporâneas compreendem um fundo comum, que pode ser resumido na seguinte fórmula: “construindo objetos, o trabalho constrói a essência, o cérebro, do próprio trabalhador: diz-me como trabalhas e direi quem és!” (MARCHIONNI, 2001: 31). Esta operação em que a subjetividade do trabalhador é como que moldada pelo trabalho é que recebe o nome de reflexividade: trata-se de uma noção propriamente moderna, porém já prefigurada no *Didascálicon*.

Em Hugo o trabalho humano é uma imitação da natureza (*imitatio naturae*), que, por sua vez, é um simulacro do arquetipo divino. Numa lógica descendente-ascendente, consubstanciada na fórmula neoplatônica a agostiniana de saída retorno (*exitus-reditus*), dizemos que as formas presentes na “forma do bem perfeito”, que é a Mente divina (*Sapientia*), materializam-se nas formas da natureza, são apropriadas pela mente do homem e finalmente são transferidas para o objeto do trabalho humano. O *trans-formar* pelo trabalho é um processo de *transferir-formas*. No final do processo, o objeto do trabalho é *in-formado* por uma forma originada na mente humana, na natureza e, finalmente, na Mente divina. A mente do trabalhador, que imita as formas divinas presentes na natureza e as contempla no objeto produzido, resta *in-formada* (*in-formatur*) por uma estética divina. (MARCHIONNI, 2001: 31)

Ainda de acordo com Marchionni (2001: 30) certo interesse por esta dimensão subjetiva do trabalho, para além de seu significado material, teria motivado inúmeras reflexões durante os últimos cem anos, tanto em ambientes materialistas, a partir da leitura da obra *Manuscritos econômico-filosóficos*, de Karl Marx, como em ambientes cristãos, com base na carta-encíclica *Laborens exercens* de João Paulo II. De fato, sabemos que tal encíclica está permeada por semelhantes preocupações. João Paulo II entende que com o advento de correntes de pensamento de natureza materialista-economicista a dimensão subjetiva do trabalho é negada em favor de sua dimensão lucrativa. Nas sociedades capitalistas, o homem, em lugar de ser tratado como finalidade do processo de produção, tende a ser visto como mero instrumento do mesmo, equiparando-se aos demais *meios de produção*, distando assim cada vez mais de sua humana dignidade, qual seja, entre outras coisas, a de poder imitar no trabalho a ação *criadora* do próprio Deus.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo isto fica claro que Hugo de São Vitor participa do renascimento cultural do século XII, bem como daquele processo de intelectualização apontado por Price (1996). Em *Didascálicon*, reorganiza os saberes e, pela primeira vez na história das idéias, concede às artes mecânicas um lugar nesta busca a que nos move o amor à Sapiência, de modo que tais artes – e não somente aquelas a relacionadas à ação propriamente divina – se ordenam, a seu modo, à contemplação. O cônego vitorino, além de escrever como um homem do seu tempo – um homem que se defronta com determinadas transformações que o convidam à reflexão sobre as artes mecânicas – insere sua obra num quadro de preocupações em nada estranho à modernidade. Não padece dúvidas de que este novo *status* concedido à mecânica, durante o longínquo renascimento do século XII, é digno, como aponta Marchionni (2001: 29), de ser considerado nas reflexões que porventura façamos acerca do trabalho humano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLTON, Brenda. **A reforma no século XII**. Tradução: Maria da Luz Veloso. Lisboa: Edições 70, 1983.

HEERS, Jacques. **História Medieval**. Tradução: Tereza Aline Pereira de Queiroz. São Paulo: DIFEL, 1985.

HUGO DE SÃO VITOR. **Didascálicon – da arte de ler**. Tradução: Antônio Marchionni. Petrópolis: Vozes, 2001

JOÃO PAULO II. **Laborens exercens**. Disponível em: [http://www.vatican.va/edocs/POR0068/\\_INDEX.HTM#fonte](http://www.vatican.va/edocs/POR0068/_INDEX.HTM#fonte) , 1981. Acesso em: 12 de julho de 2008, às 18h12.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. Tradução: Margarida Sérulo Correia. Lisboa: Gradiva, 1984.

MARCHIONNI, Antônio. **Apresentação**. In: HUGO DE SÃO VITOR. **Didascálicon – da arte de ler**. Tradução: Antônio Marchionni. Petrópolis: Vozes, 2001.

MEIRINHOS, José Francisco. **A filosofia no século XII**. Disponível em: <http://www.hottopos.com.br/mirand9/meirin.htm> , 1997. Acesso em 15 de outubro de 2007, às 23h08.

NUNES, Ruy Afonso da Costa. **História da Educação Medieval**. Disponível em: <http://www.microbookstudio.com/ruynuneshistoriaeducacaoidademedia.htm> . Acesso em 12 de julho de 2008, às 18h14.

PRICE, B. B. **Introdução ao Pensamento Medieval**. Tradução: Teresa Curvelo. Porto: Edições ASA, 1996.